

Fórum Municipal de Cascais contra a Violência Doméstica

Relatório de Avaliação

V Plano de Ação

2018 - 2019

Somos o Fórum
temos um motivo
para estar aqui.

A violência doméstica é crime



FÓRUM MUNICIPAL
CONTRA
A VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA
CASCAIS

ÍNDICE

Introdução		p. 3
Avaliação do Plano de Ação 2018-2019		
Objetivo Estratégico I	Prevenir, Sensibilizar, Educar	p. 5
Objetivo Estratégico II	Proteger as Vítimas e Promover a sua Integração	p. 10
Objetivo Estratégico III	Intervir junto de Pessoas Agressoras	p. 14
Objetivo Estratégico IV	Formar e Qualificar Profissionais	p. 15
Objetivo Estratégico V	Investigar e Monitorizar	p. 20
Objetivo Estratégico VI	Reforçar Parcerias Estratégicas	p. 22
Notas Finais e Perspetivas Futuras		p. 24

Anexos	
Anexo A	Protocolo de Cooperação do FMCVD
Anexo B	Plano de Atividades 2018-2019 do FMCVD
Anexo C	Recomendações do Estudo de Avaliação das Respostas da Rede
Anexo D	Projeto Apartamento de Transição
Anexo E	Projeto preVio Parede
Anexo F	Avaliação do Projeto preVio Parede
Anexo G	Projeto preVio Alapraia
Anexo H	Programa do I Encontro “Violência doméstica - um olhar sobre agressores”
Anexo I	Dados Estatísticos
Anexo J	Avaliação do Grupo de Coordenação
Anexo K	Investimento Financeiro
Anexo L	Tabela de Avaliação do Plano de Ação 2018-2019

INTRODUÇÃO

O **Fórum Municipal de Cascais Contra a Violência Doméstica** constituiu-se em abril de 2003. Inicialmente composto por dez parceiros de organizações locais, conta atualmente com quarenta entidades membro. Este conjunto de organizações tem vindo a funcionar como **plataforma temática**, com o objetivo de promover o conhecimento do fenómeno da violência doméstica numa lógica de investigação ação; prevenir comportamentos violentos em pessoas adultas, jovens e crianças; proporcionar respostas de qualidade a vítimas nas diversas instituições do Concelho de Cascais e minorar os impactos nas vítimas primárias e secundárias.

Em novembro de 2016 foi assinado um novo **Protocolo de Cooperação** (Anexo A), com o objetivo de criar um **Modelo de Governação** potenciador de um maior envolvimento e participação dos parceiros, quer ao nível estratégico, quer operacional. Procura-se, assim, investir num processo continuado de qualificação, tanto na prevenção, como na intervenção nas situações de violência doméstica, valorizando e consolidando o trabalho desenvolvido e os seus resultados, assegurando a concretização das mudanças consideradas necessárias e desejáveis. O novo modelo de governação assenta em três níveis de funcionamento: Plenário, Grupo de Coordenação e Grupos de Trabalho.

À semelhança de que acontecia anteriormente à vigência do novo Protocolo de Cooperação, o âmbito da intervenção do Fórum incide a um **nível estratégico** através da coordenação concelhia da intervenção e definição de prioridades e, a um **nível operacional**, através da formação de grupos de trabalho, que desenvolvem atividades específicas, inscritas em Planos de Ação detalhados sobre os diferentes tipos de iniciativas a desenvolver, os quais também possibilitam uma contínua monitorização dos objetivos definidos. Os Grupos de Trabalho são criados em função das atividades a desenvolver, podendo ser extintos assim que os seus objetivos específicos se cumpram, dando lugar a novos grupos em função de novos objetivos e prioridades.

A coordenação do Fórum, anteriormente assumida pela Equipa de Apoio e Dinamização, passou, em 2017, para o **Grupo de Coordenação** (GC), sendo o mesmo composto por três entidades permanentes (Câmara Municipal de Cascais e serviços de apoio à vítima do concelho – APAV e Espaço V - CooperActiva) e duas entidades, em sistema de rotatividade, de acordo com decisão do Plenário. Durante a vigência do Plano em análise as entidades rotativas que se voluntariaram para participar foram o **Centro Paroquial do Estoril** e a **Helpo**.

A continuidade da **assessoria técnica** reflete o investimento que a Câmara Municipal de Cascais tem vindo a fazer, obtendo como retorno uma maior qualidade das ações desenvolvidas, nomeadamente através da estreita ligação entre ação e investigação e dos *inputs* de especialistas nas áreas em causa.

O primeiro Plano de Ação foi elaborado em 2008 e, desde então, estes têm constituído uma ferramenta de trabalho essencial assente em ações aprovadas e priorizadas pelos parceiros, que concorrem para **objetivos estratégicos**, operacionalizados através de **medidas**.

Dada a reconhecida importância da articulação entre as medidas e prioridades definidas a nível nacional e as dinâmicas existentes a nível local, os objetivos do Fórum Municipal de Cascais

encontram-se em consonância com as Áreas Estratégicas definidas no **Plano de ação para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica (PAVMVD), enquadrado pela Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030. Neste sentido, foram desenvolvidas pelo FMCVD, ao longo de 2018 e 2019**, atividades e projetos com vista à promoção das respostas institucionais; da qualificação de recursos humanos; da sensibilização da opinião pública e de grupos específicos; da prevenção da violência; da divulgação de informação sobre recursos e direitos; do diagnóstico permanente da realidade concelhia através da elaboração de estudos sobre violência no Concelho; da criação e utilização de instrumentos e práticas que possam melhorar a intervenção junto das vítimas, bem como do desenvolvimento de estratégias de intervenção junto das pessoas agressoras.

O **Plano de Ação** em análise (Anexo B) procurou dar continuidade ao Plano anterior (IV Plano de Ação do FMCVD 2016-2017), tendo, no entanto, sido reforçadas as seguintes áreas - divulgação de informação sobre o FMCVD e sobre a temática, quer para profissionais quer para a comunidade em geral; promoção da reflexão sobre a temática da intervenção junto de pessoas agressoras através da realização de um Encontro e, ainda, do desenvolvimento de projetos de prevenção da violência em contexto escolar, nos Agrupamentos de Escolas da Parede e da Alapraia.

O conjunto de medidas e de ações desenvolvidas ao longo do período em análise foram propostas pelas entidades membro do Fórum, tendo algumas delas sido desenvolvidas no âmbito dos Grupos de Trabalho.

Alguns dos grupos de trabalho¹ deram continuidade ao trabalho iniciado no Plano, mas **novos grupos** foram também constituídos com o objetivo de trabalhar a temática da violência doméstica sobre pessoas com deficiência e a temática da intervenção com pessoas agressoras.

O Plano em análise procurou também continuar a dar resposta às **recomendações** (Anexo C) realizadas no âmbito do **Estudo de Avaliação das Respostas da Rede Concelhia junto das Vítimas**, realizado pelo CESIS em 2013 que se mantém como documento orientador da intervenção. Deste modo, continuou a investir-se no reforço dos mecanismos de disseminação dos recursos locais especializados de apoio à vítima, não apenas no interior da rede local, mas privilegiando igualmente a divulgação junto do público em geral. Em consonância com as recomendações do estudo, foi dada particular ênfase à diversificação de estratégias e meios de divulgação com o objetivo de abranger a diversidade de potenciais vítimas e respetivas redes informais, num concelho marcado pela presença de perfis que revelam uma clara heterogeneidade social, cultural e económica.

¹ Durante a vigência deste Plano de Ação estiveram em funcionamento os seguintes Grupos de Trabalho: Habitação e Violência Doméstica; o Grupo de Trabalho para a organização do Encontro “Violência Doméstica - um olhar sobre agressores” e o Grupo Educação e Violência. O FMCVD integrou ainda o Grupo Cidadania da Plataforma Inclui Mais e o Grupo Direitos Sociais da Plataforma Envelhecer Melhor em Cascais.

AVALIAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO 2018 – 2019

Objetivo Estratégico I - Prevenir, Sensibilizar e Educar

Com o primeiro objetivo do Plano de Ação pretendeu-se apostar na desconstrução de estereótipos e preconceitos, com vista a uma alteração de atitudes e comportamentos indispensável à necessária erradicação do fenómeno da violência doméstica. Trabalhar no sentido de promover esta mudança implicou necessariamente um investimento na informação, sensibilização e educação.

Com os seus dezasseis anos de história, o FMCVD detém atualmente um conjunto relevante de publicações sobre conceitos, recursos e procedimentos nos casos de violência doméstica, dirigidos à população em geral e a grupos profissionais específicos, sendo fundamental continuar a apostar na disseminação destes materiais e na sua apropriação pelos/as respetivos/as destinatários/as.

Deste modo, foi dada continuidade à única medida incluída neste Objetivo **“Divulgar e disseminar informação sobre a temática da VD para profissionais e comunidade em geral”**, que se operacionalizou através das cinco ações abaixo descritas.

Uma primeira ação compreendeu a **divulgação do FMCVD e da temática da violência doméstica junto da comunidade**. Para este efeito, foram utilizados diferentes meios de comunicação, nomeadamente: *mailling list* do FMVCD, página e redes sociais da Câmara Municipal (cascais.pt/VD), *mailling list* e página da Rede Social, *mailling list* das sub-redes, bem como realizadas sessões presenciais. Deste modo, foi possível divulgar o Programa Contigo; o Grupo de Gestão de Práticas; as sessões do Roteiro Rede Segura; a campanha *#OrangeTheWorld* e as campanhas desenvolvidas no âmbito do FMCVD dirigidas a mulheres e homens vítimas de VD; as atividades desenvolvidas no âmbito do projeto *preVio* nos dois agrupamentos de escolas do concelho; os dados estatísticos do concelho, a avaliação do Plano de Ação 2016-2017 e o Plano de Ação 2018 - 2019. As divulgações presenciais foram realizadas no âmbito das sessões do Roteiro e da sessão de sensibilização realizada no Hospital de Cascais.

De modo a **divulgar o trabalho do FMCVD e informação sobre a temática da VD aos membros** e a **promover a circulação da informação sobre a temática da violência doméstica dentro das organizações**, optou-se pela criação de uma *newsletter* como instrumento estratégico dessa comunicação.

No entanto, durante 2018 e, apesar dos vários contactos estabelecidos com uma entidade externa, a mesma não chegou a ser desenvolvida. Apenas em 2019, foi possível criar e editar a *newsletter*, a qual foi desenvolvida pelo Grupo de Coordenação. Assim, em 2019 foram divulgadas três *newsletters* – em abril com seis notícias, em julho com sete e em novembro com cinco. No final do ano, a *newsletter* do FMCVD tinha um total de quatrocentos e trinta subscritores.

Consideramos que a *newsletter* cumpriu os objetivos anteriormente referidos mas importa ainda reforçar a importância do papel desempenhado pelos representantes das entidades membro,

levando a que os mesmos proponham informação relevante a ser partilhada na *newsletter*, relacionada com atividade da sua organização no âmbito da temática. Será também de continuar a investir na divulgação da *newsletter* dentro das organizações membro de maior complexidade organizacional.

Em 2018, foi proposta como atividade extraplano que cada uma das entidades que constituem o Grupo de Coordenação realizasse **contactos personalizados com os representantes** de sete entidades membro do FMCVD com o objetivo de apresentar o novo Modelo de Governação, fazer o levantamento de atividades relevantes para os objetivos do FMCVD e explorar possibilidades de articulação futura.

Deste modo, o Espaço V promoveu em 2019 uma reunião conjunta com as organizações que lhe ficaram afetas. No entanto, as restantes entidades do Grupo de Coordenação não o fizeram, essencialmente por falta de disponibilidade.

O Espaço V realizou ainda cinco sessões de apresentação do FMCVD e dos recursos disponíveis junto de várias entidades, participando, por vezes, em reuniões de grupos interinstitucionais e em reuniões de serviço – Clube Gaivotas da Torre, ACES Cascais, reunião de discussão de casos da União de Freguesias Parede/Carcavelos, RODA (grupo de parceiros da Freguesia de Alcabideche) e Centro Paroquial do Estoril.

Em 2019, a informação disponível no **site da Câmara Municipal de Cascais** foi atualizada, tendo sido incluída informação sobre: o Programa Contigo e respetiva ficha de encaminhamento de voluntários; o referencial para a “Intervenção em Situações de Violência em Contexto Escolar” e as apresentações disponibilizadas por alguns dos oradores que participaram no I Encontro “Violência doméstica: um olhar sobre agressores”.

O relançamento da campanha dirigida a mulheres vítimas teve início em abril 2018, tendo sido divulgada pela Câmara no seu *site*, *Facebook* e *Instagram*, intranet, CCTV, *site* Cascais Participa, ODS e através de vários circuitos de mupis e de cartazes no Atendimento Municipal em Cascais e em Tires. Outras entidades colaboraram também nesta divulgação, nomeadamente: a PSP divulgou a campanha no seu *Facebook*; o CascaiShopping divulgou no seu *Facebook* e colocou uma notícia no seu *site*; o Hospital de Cascais mantém os cartazes, folhetos e vídeos no seu circuito interno; o ACES colocou cartazes nas salas de espera.



A Divisão de Educação viabilizou a apresentação da brochura “Intervenção em situações de violência em contexto escolar” no âmbito da “Semana da Educação: Apresentação dos Recursos Locais à Comunidade Escolar” em setembro de 2018 e de 2019.

Quando se iniciou a conceção da campanha dirigida a mulheres estabeleceu-se o compromisso de, posteriormente, se **desenvolver e implementar uma campanha dirigida a homens vítimas de violência doméstica**. Uma das razões deste compromisso prendeu-se com a necessidade de tornar as mensagens das campanhas mais dirigidas e adaptadas, para que deste modo chegassem de forma mais efetiva aos públicos-alvo selecionados (mulheres ou homens), contribuindo-se assim para um maior sucesso das mesmas.



Deste modo, foram consultados estudos sobre a temática da violência doméstica contra homens e realizou-se um *Focus Group* com o objetivo de sistematizar e aprofundar a informação e conhecimento sobre esta temática (maio 2018). A referida campanha – concebida por forma a garantir uma continuidade de imagem da campanha dirigida a mulheres – foi finalizada pela empresa contratada em outubro de 2019, tendo sido adjudicados os seguintes serviços: quatro pequenos filmes de animação, cartazes A3 e mupis. Foram também reeditados os materiais da campanha das mulheres. A Divisão de Marca e Comunicação forneceu 1000 folhetos de cada uma das campanhas.

O lançamento da campanha dos homens teve lugar no dia 8 de novembro, no CascaiShopping (junto à área da restauração no Piso 0), entre as 18h00m e as 21h00m. Foram apresentadas várias *performances* de teatro e dança criadas pelo encenador Manuel Jerónimo alusivas ao tema da campanha.



O teatro foi, deste modo, a estratégia escolhida para ajudar a desocultar o fenómeno da violência doméstica contra os homens, possibilitando que estes se reconhecessem nas mensagens transmitidas e sensibilizando, simultaneamente, a comunidade em geral para a existência deste fenómeno.

O grupo de atores era composto por cerca de trinta elementos que participaram de forma voluntária (de ambos os sexos, com idades diversificadas, de dentro e fora do concelho) e se constituíram, posteriormente, também como agentes de divulgação desta campanha.

No mesmo espaço, foram disponibilizados os contactos dos Serviços Locais de Apoio com a participação da GNR e PSP, de forma a incentivar a procura destas entidades pelos homens vítimas de violência doméstica.

Algumas das entidades membro divulgaram esta campanha através dos seus meios de comunicação, nomeadamente a APAV e a PSP.

A Divisão de Marca e Comunicação desenvolveu as seguintes ações de promoção - comunicado de imprensa; notícia na página da Câmara; informação disponível na área do *site* afeta à violência doméstica; informação na comunicação interna da Câmara (Acontece e Notícias); Facebook e Instagram da Câmara Municipal de Cascais; circuitos de mupis; vídeos disponíveis na CTV do Cascais Center e Loja Cascais no CascaiShopping. Também o Centro de Cultura e Desporto do Pessoal do Município de Cascais (CCD) divulgou os vídeos das duas campanhas no seu Facebook.

O CascaiShopping constituiu-se como um importante e colaborativo parceiro estratégico, disponibilizando todos os meios necessários à concretização do evento. Foi também responsável pela sua promoção fazendo uma *press release* do mesmo e a divulgação no seu Facebook.

A Rede Social foi também bastante importante na divulgação desta campanha, tendo redigido um artigo, posteriormente disponibilizado no seu *site* em novembro e dezembro. Redigiu também a notícia apresentada na *newsletter* #6 de 13.12.2019.

Os materiais das duas campanhas estiveram disponíveis no Atendimento Municipal (Cascais Center) entre 11 de Novembro e 11 de Janeiro 2020.

Foram ainda estabelecidos contactos com a Associação Nacional de Farmácias (ANF), CP, Scotturb e Cinemas no sentido de estas entidades colaborarem na divulgação das campanhas. À

data encontrávamo-nos em articulação com a ANF, tendo as restantes entidades respondido negativamente a esta solicitação.

Recordando que a área do *site* da Câmara Municipal de Cascais dedicada à Violência Doméstica – **cascais.pt/VD** - ficou disponível em novembro de 2017 e é composta por uma página principal “Violência Doméstica” com três separadores – “É vítima?”, “Conhece uma vítima?” e “FMCVD”, é possível verificar através dos dados disponibilizados pela Divisão de Marca e Comunicação que, de 2018 para 2019, o total de visualizações da página aumentou 162%, com um total de 1 168 visualizações em 2019.

Os períodos que registaram um maior número de visualizações foram os quatro primeiros meses de 2018, o que poderá estar relacionado com a divulgação da campanha dirigida a mulheres vítimas que teve início em novembro de 2017. O mesmo se verifica nos últimos três meses de 2019, tendo o lançamento da campanha dirigida a homens tido lugar no início de novembro. Foi também nos últimos dois meses de 2019 que se registou o tempo médio de consulta mais elevado - três minutos.

Os separadores “É vítima” e “Conhece uma vítima?” apresentam um total de visualizações não muito distinto, respetivamente – 2018: 119; 2019: 120 e 2018: 128; 2019: 107. Nestes dois separadores registam-se tempos de consulta mais elevados, chegando mesmo a atingir os dez minutos.

O separador do FMCVD é o que apresenta o maior número de visualizações – 2018: 297; 2019: 571, verificando-se um aumento de 192% do tempo de visualização em 2019. Também aqui se registam tempos de visualização perto dos dez minutos. Poderemos, deste modo, colocar a hipótese de que quem mais procura informação através do *site* poderão ser os profissionais.

Verifica-se que as visitas a esta página têm origem em primeiro lugar através do Google (2018: 295; 2019: 541), seguindo-se o acesso direto (2018: 155; 2019: 205), o *site* da CIG (2018: 16; 2019: 66), o *Facebook* (2018: 8; 2019: 41) e o Bing (2018: 25; 2019: 16). O facto de os acessos através do Google serem superiores aos acessos diretos, poderá significar que, maioritariamente, quem consulta a página o faz de forma intencional.

Curiosamente, importa ainda referir que o valor mais elevado de visualizações registado foi feito pelo Município de Lisboa (2018: 188; 2019: 303) só, então, seguido pelo de Cascais (2018: 180; 2019: 254). Também os seguintes Municípios, constantes da lista dos cinco com mais visualizações, apresentaram os seguintes valores – Porto (2018: 49; 2019: 65), Oeiras (2018: 0; 2019: 57) e Faro (2018: 0; 2019: 16)

Estes dados sublinham a importância de se continuar a apostar na diversificação das estratégias de comunicação utilizadas para diferentes públicos-alvo, constatando-se os resultados positivos do investimento que o FMCVD realizou, em especial na vigência deste Plano, no sentido de promover a sensibilização da comunidade em geral, das mulheres e homens vítimas, em particular, bem como na informação/formação dirigida a profissionais do concelho.

Os contactos que foram feitos por profissionais de outros concelhos, bem como a utilização por parte destes de materiais produzidos pelo FMCVD (como identificado mais à frente) e os dados relativos às visualizações realizadas fora de Cascais reforçam a ideia da qualidade do trabalho realizado e de que o mesmo constituiu uma referência a nível nacional.

No âmbito desta medida identificamos, também, as seguintes **iniciativas não previstas em Plano de Ação**:

- Visita da equipa técnica do **Projeto Daphne** – “Safe at Home: Including housing providers in tackling domestic violence” financiado pelo Programa da EU “Rights, Equality and Citizenship” (29.06.2018), que teve como objetivo recolher e partilhar experiências sobre o envolvimento dos serviços locais na área da habitação na deteção e intervenção de situações de violência doméstica.
- Kit Pedagógico – Prevenção da Violência nas Relações de Intimidade Juvenil disponibilizado e utilizado pela **Cruz Vermelha Portuguesa** no âmbito do projeto “PLAY4EQUALITY- II” em escolas que integram os seguintes concelhos: Arcos de Valdevez, Trofa, Póvoa do Varzim, S.J. Madeira, Figueira da Foz (2018 – 2019). O Kit foi também utilizado no âmbito de um anterior projeto em 2017 – 2018 que incluiu a elaboração de Questionários - Pré -Teste e Pós -Teste elaborados pela CVP com a validação do CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social.
- Kit Pedagógico e outros materiais do Fórum disponibilizados à Dr.^a **Vânia Beliz** para ação de formação de três dias, desenvolvida na **Guiné Bissau**, sobre violência no namoro, violência sexual e sexualidade com mulheres que, posteriormente, irão trabalhar com jovens (Dezembro 2019). A ação foi dinamizada pela **Rede Nacional de Jovens Mulheres Líderes** (RENAJELF).

Objetivo Estratégico II - Proteger as vítimas e promover a sua integração

No âmbito deste Objetivo Estratégico, o trabalho desenvolvido ao longo dos anos de 2018 e 2019 foi, essencialmente, de continuidade, para as três medidas definidas:

- a) Promover a articulação entre parceiros estratégicos a nível operacional
- b) Apoiar e avaliar as respostas específicas de apoio à vítima (Espaço V, APAV)
- c) Promover o acesso a um alojamento adequado às necessidades das vítimas

No que diz respeito à **promoção da articulação entre parceiros a nível operacional**, o Grupo de “Discussão de Casos de Violência Doméstica” continuou a reunir bimensalmente, tendo sido realizadas doze reuniões neste biénio.

O Grupo é composto por um ou dois representantes de onze instituições concelhias - Ministério Público, PSP e GNR (incluindo, respetivamente, a Esquadra de Investigação Criminal e o Núcleo de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas), Hospital e Agrupamento dos Centros de Saúde, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, APAV e Espaço V, DGRSP, Segurança Social (este ano contando com uma representante da EMAT) e Câmara Municipal de Cascais.

Com a constituição deste Grupo pretendeu-se implementar um espaço de discussão de casos de violência doméstica com as entidades intervenientes e o Ministério Público, para aprofundar a articulação entre os vários parceiros, nomeadamente através do ajuste e/ou definição de procedimentos e conseqüente melhoria da atuação dos diferentes serviços envolvidos. Para além dos casos propostos pelas várias entidades para discussão, foram ainda realizadas reuniões, estruturadas em torno de temáticas específicas, propostas pelos membros do grupo, sendo que algumas destas reuniões contaram com convidados externos:

- Relação Processo-crime VD e o PJPP ou PRRP (Área Família e Menores do Tribunal de Cascais – Gonçalo Mello Breyner)
- Apoio Judiciário (Núcleo de Assuntos Jurídicos e Contencioso da Segurança Social – Nuno Santos Silva)
- Apresentação/Discussão de um Relatório da Equipa de Análise Retrospectiva de Homicídios em VD
- Apresentação do NACJR e EPVA (ACES) e NHACJR e EPVA (Hospital de Cascais)
- Apresentação das EPVA (ACES e Hospital)
- Apresentação/Discussão novo regime Maior Acompanhado (Ana Paula Faustino)
- Vigilância Eletrónica (DGRSP – Jorge Romão)

Ainda no âmbito desta medida, pretendíamos, se pertinente, colaborar na elaboração de um protocolo de atuação para o atendimento da área da saúde. Apesar de tal não se ter verificado, manteve-se o investimento na aproximação à área da saúde dada a importância da sua intervenção no domínio da violência doméstica e a mais-valia da articulação com os intervenientes estratégicos que se encontram representados no Grupo de Discussão de Casos.

Deste modo, foi proposto ao Hospital e ao ACES a apresentação do Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco (NACJR), Núcleo Hospitalar de Apoio a Crianças e Jovens em Risco (NHACJR) e das Equipas de Prevenção da Violência no Adulto (EPVA) e seu funcionamento, nas reuniões de março e maio de 2019 do Grupo de Discussão de Casos.

Relativamente à medida **Apoiar e avaliar as respostas específicas de apoio à vítima (Espaço V, APAV)**, o Município continuou a apoiar estas respostas numa ótica de contínua melhoria e adaptação das mesmas às necessidades das vítimas.

Apesar de não se terem realizado reuniões anuais de avaliação com cada serviço, individualmente, a partilha de informação foi sendo feita em momentos como as Reuniões do Grupo de Coordenação e de Discussão de Casos. Adicionalmente, ambos os serviços especializados apresentam Relatórios Anuais de Atividades.

Após a concretização, na vigência do Plano anterior, do projeto **“Apartamento de Transição (AT) para Vítimas de Violência Doméstica”**, quer o Grupo de Trabalho, quer a Equipa Técnica do Projeto, continuaram a reunir. No âmbito destas reuniões foram revistos alguns procedimentos, bem como o documento enquadrador do Projeto (Anexo D). A partir de Fevereiro de 2018, reforçou-se a presença de serviços com responsabilidade na atribuição e gestão do património habitacional do concelho, através da participação de uma técnica da Divisão de Habitação nas reuniões do Grupo de Trabalho e, desde Maio de 2018, através da participação, nas reuniões da Equipa Técnica, de uma técnica da Cascais Envolve.

O Grupo “Habitação e Violência Doméstica” continuou não só a trabalhar esta temática, bem como a assegurar as condições de funcionamento do Apartamento, tendo o mesmo sido divulgado como um novo recurso no *site* da Rede Social.

Também neste âmbito, a assessoria técnica do FMCVD dinamizou um momento de reflexão avaliativa do funcionamento do projeto. A principal conclusão aponta no sentido de uma confirmação da pertinência e necessidade desta resposta no concelho, tal como previsto

inicialmente, tendo sido realçada a importância desta alternativa habitacional temporária nas trajetórias das pessoas que têm sido acolhidas.

Como se esperava inicialmente, o recurso ao AT é totalmente válido neste sentido, evitando a deslocalização desnecessária das mulheres e das crianças e respetivas consequências negativas dessa deslocalização. O AT é, pois, uma resposta habitacional temporária que evita a ida desnecessária para Casa Abrigo, em situações em que a resposta “Casa Abrigo” não seria a resposta mais adequada. O testemunho das mulheres que passaram pelo Apartamento de Transição durante estes dois anos² confirmam a importância da existência deste recurso de alojamento temporário. Questionadas sobre o que teriam feito, caso não tivessem tido oportunidade de recorrer a esta resposta de acolhimento de âmbito local, algumas das mulheres relatam “alternativas” que colocariam em risco a sua sobrevivência:

No momento não sei sinceramente. Talvez tivesse que ficar no mesmo quarto onde estava sem pagar renda até conseguir ir para algum lado mas isso teria trazido problemas com senhoria: estar lá sem pagar a renda do quarto.

Poderia perder a minha vida e do meu filho.

Eu não tinha solução no momento em que tudo aconteceu. Não sabia o que fazer até chegar aqui e pedir apoio ao Espaço V.

Tinha ido à Segurança Social porque não podia ficar com o miúdo na rua.

O apartamento tem, ainda, proporcionado condições facilitadoras para uma vida normal e para se conseguir garantir o processo de apoio necessário. Por outro lado, a localização do apartamento e as suas características têm permitido uma boa integração das utentes.

Porém, a expectativa de maior procura que se verificava no início do projeto, ou seja, da existência de um número mais elevado de pessoas que poderiam beneficiar deste acolhimento temporário, foi alterada pelo facto de agora serem aplicadas mais medidas de coação e de se verificar uma atribuição mais rápida de morada de família, com a entrega da casa à vítima. Importa realçar que estas mudanças são desenvolvimentos positivos, pois representam uma melhor resposta para as vítimas, evitando a necessidade do recurso temporário ao AT.

²As utentes do AT são convidadas a preencher um questionário à entrada e um questionário à saída do acolhimento. No primeiro caso, pretende identificar-se as expectativas das utentes relativamente ao apoio a receber durante esta fase de acolhimento temporário, bem como algumas características da sua situação; no questionário de saída, avalia-se as mudanças operadas em consequência do apoio recebido, bem como os níveis de satisfação com as condições de acolhimento e a interação com a equipa de apoio. Em ambos os questionários, as utentes são questionadas sobre “o que teriam feito caso não tivessem podido recorrer a esta alternativa de acolhimento temporário”.

Foi ainda identificado um conjunto de obstáculos no funcionamento do AT que importa realçar:

- as condições de admissão das utentes no AT poderão estar a limitar potenciais integrações, nomeadamente o local de residência fora do concelho de utentes acompanhadas pelos serviços especializados (APAV);
- o enfoque em situações de baixo risco como critério de admissão pode originar que potenciais utentes hesitem em aceitar esta alternativa habitacional, optando por outras alternativas temporárias;
- o processo de tomada de decisão sobre o acolhimento implicando o agendamento de reuniões presenciais torna a admissão mais complexa e demorada;
- potenciais entradas dificultadas pela ausência de todos os critérios de admissão previstos;
- constrangimentos de natureza estrutural (ex. acesso ao emprego, acesso a habitação acessível) que impedem a autonomização das utentes no período previsto o que exige uma flexibilização na avaliação das condições de saída da AT e a necessidade de encontrar soluções que permitam uma resposta habitacional adequada pós-acolhimento;
- identificação de “soluções habitacionais” de natureza precária (ex. recurso a casas de amigos, de familiares) no período pós-acolhimento, o que poderá condicionar o sucesso da autonomização no curto/médio prazo.

No que se refere à autonomização relativa à situação de VD, o grupo considerou que essa tem sido plenamente conseguida com a passagem pelo apartamento de transição, sendo de realçar a continuidade do processo de acompanhamento das utentes do AT durante a sua estada. O AT constitui-se assim como uma resposta integrada no âmbito de uma estrutura em rede – FMCVD – o que potencia o trabalho integrado de intervenção e apoio.

Esta mudança, relativamente à situação de VD salientada pelo grupo, encontra eco na avaliação feita pelas utentes do AT que, durante estes dois anos, concluíram o seu percurso de acolhimento. Das três utentes que responderam ao questionário de saída é possível identificar uma avaliação muito positiva do apoio recebido e das condições de acolhimento no AT.

Ao nível das mudanças sentidas por estas três mulheres é de realçar o facto de todas terem afirmado que, a estada no AT (entre 2 e 18 meses), foi particularmente importante em três aspetos fundamentais: terem conseguido uma solução temporária de alojamento seguro, terem conseguido manter alguma privacidade na sua vida pessoal e familiar e terem conseguido seguir com as suas vidas da forma mais normal possível. Simultaneamente, estas três mulheres, salientam aspetos importantes relacionados com um maior empoderamento e uma maior consciencialização da situação de vitimação e respetivas consequências, resultantes do apoio recebido durante o período de acolhimento no AT. As três utentes consideraram ter sentido mudança pessoal significativa em resultado do apoio recebido nos seguintes aspetos: “sinto-me mais confiante na tomada de decisões”; “tenho mais formas/meios de me manter segura/protegida”; “entendo melhor o crime de violência doméstica”; “percebo melhor os efeitos que a violência doméstica teve em mim”; e “estou mais capaz para lidar/reagir à violência doméstica sobre mim”.

A interação com a equipa de apoio e acompanhamento foi avaliada de forma muito positiva em todos os aspetos por estas três utentes, incluindo aspetos como o respeito pelas decisões, respeito pela privacidade, sentimento de terem sido ouvidas, respeitadas em termos da sua privacidade, de lhes ter sido disponibilizado o apoio e tempo necessários.

Finalmente, importa referir que as três utentes acolhidas com os/as respetivos/as filhos/as (sete no total) avaliaram sempre com nota máxima o apoio recebido relativamente aos mesmos, bem como as mudanças que sentiram em consequência desse acompanhamento com reflexos importantes na sua vida futura.

Objetivo Estratégico III – Intervir junto de Pessoas Agressoras

A Câmara Municipal de Cascais tem vindo, desde Setembro de 2010, a apoiar o Programa Contigo com o objetivo de prevenir a reincidência dos comportamentos violentos e a proteção das vítimas. As instituições envolvidas na aplicação do programa são a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais – Equipa Lisboa penal 4 e a Barragem: Fundação Portuguesa para o Estudo Prevenção e Tratamento das Dependências (FPEPTD), que por sua vez articulam com o Espaço V, para acompanhamento das vítimas sempre que estas o pretendem.

No âmbito deste Plano foi dada continuidade a este Programa, mantendo-se o foco do investimento na divulgação do mesmo junto dos intervenientes comunitários que de alguma forma conhecem ou lidam com situações de violência doméstica. Dadas as mais-valias existentes pela participação no Programa Contigo, procurou reforçar-se a participação de indivíduos que adiram ao mesmo de forma voluntária, não estando estes indiciados ou condenados por Violência Doméstica. No entanto, apenas um elemento que já tinha frequentado o Programa sentiu a necessidade de repetir algumas sessões do Módulo Psico Educativo, fazendo-o de forma voluntária.

Assim, no âmbito da medida **Prevenir a reincidência da Violência Doméstica, intervindo junto de pessoas agressoras conjugais através do Programa Contigo**, foram realizados os seguintes grupos do Módulo Psico Educativo (MPE)³:

- foi finalizado em Janeiro de 2018 o 14º MPE
- foram iniciados e finalizados o 15º (Março a Julho de 2018), o 16º grupo (Setembro 2018 a Janeiro 2019) e o 17º (Março 2019ª Julho 2019)
- iniciado o 18º em Setembro de 2019 (finalizado em Janeiro de 2020)

Após a conclusão do Programa Contigo em todas as suas componentes, são realizados *follow-ups* aos seus participantes durante dois anos. Desde o início do Programa até Março de 2019, registaram-se seis casos de reincidência, sendo esta, medida pela existência ou não de novas participações de violência doméstica, o que se traduz numa **percentagem de sucesso do Programa de 87,5%**.

Foram realizadas várias ações de **divulgação do Programa Contigo** a nível concelhio, nomeadamente, junto de elementos/serviços da área da saúde, membros do FMCVD e da Rede Social através da sua *mailing list*, do seu *site* e em reuniões da CLAS. O Programa foi ainda divulgado no âmbito dos projetos de prevenção da violência nos AE da Parede (preVio) e da Alapraia, no Fórum Concelhio para a Promoção da Saúde, nas sessões do Roteiro Rede Segura.

³ Número de participantes que frequentaram os grupos do Módulo Psico Educativo: 15º Grupo: 14 elementos; 16º Grupo: 14 elementos; 17º Grupo: 15 elementos e 18º Grupo: 17 elementos.

Também as *Newsletters* de Julho e de Novembro de 2019 divulgaram o Programa e a possibilidade de encaminhamento de voluntários.

Desde o início de 2018 que, na página da Câmara Municipal de Cascais destinada à temática da Violência Doméstica (cascais.pt/VD), se encontra disponível informação sobre o Programa e a respetiva Ficha de Encaminhamento do voluntário para a DGRSP.

Também em 2018 foi constituído o grupo de trabalho responsável pela organização Encontro “Violência doméstica: um olhar sobre agressores” (Maio 2019). Deste grupo fizeram parte representantes das seguintes entidades – A Barragem, ACES Cascais, DGRSP, PSP e GNR, Hospital de Cascais e Helpo. Também neste Encontro se divulgou o Programa e se disponibilizou a Ficha de Encaminhamento de Voluntários.

No entanto, por falta de disponibilidade, não foram realizadas as reuniões previstas com os seguintes serviços - Equipa de Tratamento do Eixo Oeiras/Cascais, Centros de Saúde, Serviço de Psiquiatria do Hospital e OPCs.

Objetivo Estratégico IV – Formar e Qualificar profissionais

Cascais apresenta um tecido institucional rico, caracterizado por uma diversidade de experiências e de perspetivas de intervenção no trabalho com vítimas de violência. Essa diversidade, que deverá ser encarada como uma mais-valia, exige simultaneamente um esforço acrescido de integração e de concertação das intervenções locais.

O Fórum Municipal de Cascais contra a Violência Doméstica tem vindo, desde 2003, a apostar na valorização dos recursos, competências, experiências e estratégias de intervenção locais, no sentido, não de uma uniformização ou concentração das respostas num único serviço ou instituição, mas na capacitação da diversidade dos recursos existentes, numa perspetiva de intervenção necessariamente articulada e concertada, baseando a sua intervenção em princípios e procedimentos comuns de ação.

Foi neste sentido que o Fórum continuou, uma vez mais, neste biénio, a investir na rede de intervenção que se pretende coesa, colaborante e centrada nas vítimas e na sua segurança, através da dinamização de sessões de apresentação do **Roteiro Rede Segura**. Para o efeito, foram realizadas quatro sessões do Roteiro que abrangeram um total de trinta e três organizações e setenta profissionais do concelho.

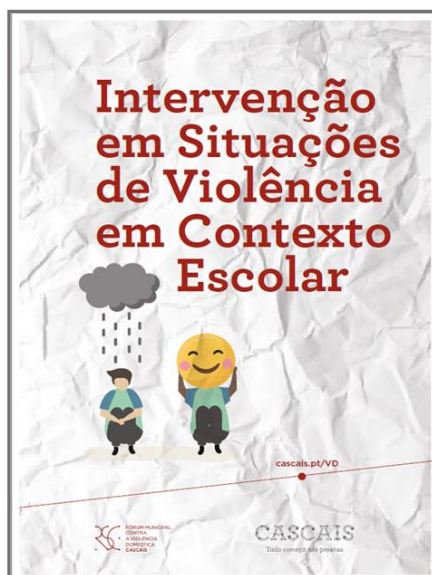
Os profissionais dispõem ainda da possibilidade de participarem gratuitamente nas **sessões de Gestão de Práticas** inter e intrainstitucionais (de acordo com o Roteiro), dinamizadas pelo Espaço V, sendo que os que participam nas sessões do Roteiro são sempre convidados a participar nas sessões de Gestão de Práticas. Trata-se de seis sessões mensais de duas horas cada.

Em Fevereiro de 2018 foi constituído um grupo de dez participantes de cinco organizações e outro, em Abril, destinado exclusivamente para OPCs, com a participação de sete elementos da PSP. Em 2019 foram realizados dois grupos, um com início em Fevereiro e outro com início em

Setembro, que abrangeram um total de dezanove participantes de onze organizações concelhias.

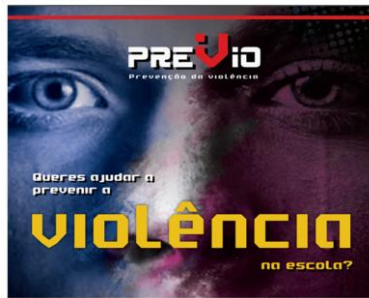
A divulgação do Grupo de Gestão de Práticas é feita por *email*, na página do Espaço V, nas sessões do Roteiro ou por outros meios, sempre que oportuno, como por exemplo na *Newsletter* do FMCVD.

No âmbito da medida b) **Elaborar e divulgar materiais informativos e pedagógicos dirigidos à comunidade educativa**, o Grupo de Trabalho “Educação e Violência” finalizou a **brochura “Intervenção em Situações de Violência em Contexto Escolar”**, tendo esta sido editada em Maio de 2019.



Esta brochura foi apresentada na Reunião Plenária de Abril de 2018, no âmbito da “Semana da Educação: Apresentação dos Recursos Locais à Comunidade Escolar” em Setembro de 2018 e, novamente, em Setembro de 2019.

Este trabalho de elaboração da referida brochura, já iniciado na vigência do Plano anterior, constitui um recurso para os vários elementos da comunidade escolar. Parte deste Grupo de Trabalho esteve envolvido no desenvolvimento e implementação do **Projeto preVio** – projeto-piloto para a prevenção da violência em contexto escolar no **Agrupamento de Escolas da Parede** (Anexo E). Este projeto foi implementado com recurso a uma assessoria técnica externa.



Este projeto tem como objetivo sensibilizar a comunidade educativa para a importância do desenvolvimento de ações de prevenção da violência em contexto escolar de forma continuada ao longo do ano letivo e envolvendo de forma ativa todos os agentes (pessoal docente, assistentes operacionais, estudantes e associação de pais); dotar os elementos da comunidade educativa de competências básicas para intervenção (detetar, apoiar, intervir e encaminhar) em situações de violência ocorrida (*bullying* e violência no namoro) ou detetada em contexto escolar (violência doméstica); reforçar as redes de suporte entre alunos/as, pessoal docente, pessoal não docente e encarregados/as de educação.

O projeto decorreu ao longo do ano letivo 2018/2019, tendo as respetivas atividades tido o seu início no mês de Julho de 2018, com o objetivo de identificar um conjunto de intervenientes-chave que se constituíram como o Comité de Acompanhamento do PreVio e que teve um papel central no planeamento e acompanhamento das atividades ao longo do ano. O Comité, mais tarde, integrou elementos da comunidade educativa das diferentes escolas, com representação de vários setores: treze estudantes, dez professoras/es, cinco assistentes operacionais, dez encarregados/as de educação e duas psicólogas.

A execução deste projeto implicou o desenvolvimento de algumas ações antes do início do ano letivo, tais como ações de formação para docentes e para assistentes operacionais sobre o tema "Violência(s) em Contexto Escolar: Conhecer para Intervir". As duas ações de formação envolveram um total de trinta e quatro profissionais e tiveram como objetivo sensibilizar estes agentes educativos para uma intervenção precoce e qualificada em situações de violência detetadas em contexto escolar.

As atividades desenvolvidas ao longo do ano letivo foram estruturadas em torno de dois tipos de ações: um primeiro conjunto de ações transversais a todas as escolas do agrupamento e que pretendiam dotar as escolas de conhecimento e de competências básicas no domínio da prevenção e da intervenção em situações de violência em contexto escolar; um segundo conjunto de ações específicas para os diferentes níveis de ensino e adequadas às idades das crianças/jovens que os frequentam.

Durante o ano letivo foram desenvolvidas sessenta e seis ações (transversais e para grupos específicos), envolvendo vinte e cinco turmas e cerca de setecentos alunos/as.

Um exercício auto avaliativo realizado com os elementos do Comité de Acompanhamento permitiu identificar outros aspetos importantes, quer do ponto de vista dos resultados obtidos, quer na perspetiva de contributos essenciais para o planeamento das atividades a desenvolver no ano letivo 2019/2020 (Anexo F), nomeadamente:

- Em cinco das oito áreas de intervenção, a implementação do projeto permitiu atingir resultados que se encontram muito próximos do valor máximo possível (entre 8 e 10); essas áreas são “assegurar a concertação de ações na área da violência”, “sensibilizar para a não-violência”, “melhorar competências básicas no domínio da violência em contexto escolar”, “informar sobre os recursos existentes” e “promover a visibilidade do fenómeno”;
- “Assegurar a concertação de ações na área da violência” foi, sem dúvida, a área de intervenção onde não só os resultados obtidos foram extremamente positivos, mas também onde o progresso registado foi maior, dado tratar-se de um domínio onde foi identificada uma maior fragilidade no início do ano letivo;
- Duas áreas – “reforçar as redes de suporte no contexto das escolas para a prevenção e intervenção no domínio da violência em contexto escolar” e “criar mecanismos de sustentabilidade do projeto” – surgem como aquelas onde existe maior espaço para progresso em termos futuros, sendo por isso duas áreas onde deverá ser feito um forte investimento no próximo ano letivo;
- Mesmo naquela área onde, antes do início da implementação do projeto, se verificava um melhor desempenho – sensibilizar para a não-violência – decorrente das atividades já dinamizadas neste contexto nas escolas do Agrupamento, foi possível verificar um progresso significativo, diretamente decorrente das atividades implementadas no âmbito do PreVio.

Este projeto foi desenvolvido com a participação da técnica da DIPS e em articulação com a Divisão de Marca e Comunicação e com Divisão de Juventude.

No ano letivo 2019/2020 o projeto deixou de estar em fase de implementação, passando à fase de acompanhamento. Significa isto que o acompanhamento técnico por parte da assessoria técnica passou a ser mais reduzido, tendo como objetivo da autonomia e sustentabilidade do mesmo nos anos vindouros.

Como atividade extraplano, foi estabelecida parceria para o desenvolvimento do projeto preVio no Agrupamento de Escolas da Alapraia (Anexo G), tendo a primeira reunião com o Diretor do agrupamento tido lugar em Outubro de 2019. Foi ainda constituído o grupo de acompanhamento do projeto e realizada a primeira ação de sensibilização junto da comunidade educativa, no âmbito da comemoração da semana dos Direitos Humanos (Dezembro 2019), com a visualização de um filme sobre Cyberbullying na sala do Bar, seguida da atividade “E se fosse contigo?”.

Relativamente à medida **Promover o conhecimento na área da violência doméstica contra pessoas com deficiência**, o Espaço V, após realizar contactos com o CRID e a CERCICA, integrou o Grupo Cidadania da Plataforma Inclui Mais (Maio 2019), tem este reunido duas vezes e elaborado o seu Plano de Ação.

Em reuniões posteriores com elementos do Grupo foram aprofundadas as ações do Plano relativas à área da violência doméstica, ficando prevista a realização de uma ação de sensibilização sobre VD a ocorrer em Janeiro 2020 e destinada aos elementos do Grupo Cidadania.

Procedeu-se ainda ao levantamento dos instrumentos utilizados pelas várias organizações para o registo e monitorização das situações de violência doméstica contra pessoas com deficiência.

Dando continuidade à intervenção do Fórum na área do envelhecimento, o mesmo participou na conceção e implementação de uma **estratégia de reflexão sobre Dignidade e Direitos dos cidadãos seniores** dirigida a direções e corpos técnicos que trabalham na área do envelhecimento com dependência. Para o efeito foram realizadas seis reuniões de preparação da dinâmica, duas com o Provedor de Justiça, quatro da equipa de trabalho e duas com a empresa à qual se adjudicou a dinamização da ação.

Posteriormente, foi constituído o Grupo de Trabalho “Direitos Sociais” no âmbito da Plataforma Envelhecer Melhor em Cascais, que a APAV integrará, assegurando que a temática da violência doméstica é tida em conta na reflexão e planeamento das ações.

A última medida deste Objetivo Estratégico prende-se com a **promoção da reflexão sobre a temática das pessoas agressoras**. Para atingir o objetivo de realizar um Encontro sobre esta temática, foi constituído um grupo de trabalho integrado por representantes das seguintes organizações: A Barragem – FPEPTD; ACES; DGRSP; GNR; Helpo; Hospital de Cascais e PSP.

Deste modo, o **I Encontro “Violência doméstica – um olhar sobre agressores”** (Anexo H) realizou-se nos dias 23 e 24 de Maio de 2019, no Auditório Maria de Jesus Barroso, Casa das Histórias Paula Rego, sendo destinado aos profissionais das áreas da saúde, educação, serviço social, investigação científica, justiça e comunicação social. Contou com a participação de vinte e quatro palestrantes nacionais e espanhóis.



Este Encontro visou realçar a importância da atuação junto de pessoas agressoras, no sentido de garantir uma atuação mais ampla, precoce, preventiva e eficaz no combate à violência doméstica.

Teve ainda como objetivo divulgar boas práticas nacionais e internacionais e partilhar várias metodologias de intervenção junto de pessoas agressoras, nomeadamente, as utilizadas nos Programas Contigo Açores e Cascais, bem como no Programa Nacional para Agressores de Violência Doméstica (PAVD), tendo sido apresentado o trabalho de avaliação do Programa Contigo Cascais, desenvolvido no âmbito de uma tese de mestrado em Psicologia Clínica. Permitiu também a divulgação de outros projetos, nomeadamente os desenvolvidos na área da prevenção.

O Encontro contou com duzentos participantes, dos quais sessenta e seis responderam ao Inquérito de Avaliação do mesmo. Esta avaliação evidencia os seguintes resultados:

- 70% dos participantes considerou o Encontro “Muito Interessante” e 30% “Interessante”
- 60% dos participantes considerou que o Encontro contribuiu “Consideravelmente” para a aquisição de novos conhecimentos sobre a temática e 29% considerou que contribuiu “Completamente”
- 47% dos participantes considerou que o Encontro permitiu “Bastante” realizar uma reflexão sobre a temática dos agressores e 42% considerou que permitiu “Consideravelmente”
- 51% dos participantes considerou que o mesmo poderá “Consideravelmente” potenciar novas formas de intervir e 31% considerou que poderá potenciar “Bastante”

Entre os comentários e sugestões recebidos, importa destacar os seguintes:

- a proposta de organização de mais iniciativas sobre esta temática;
- a importância de trabalhar nos vários níveis de prevenção, em especial, na prevenção primária;
- a importância do trabalho com agressores concertado com o trabalho com as vítimas;
- contar num futuro Encontro com a presença técnicos que trabalham com vítimas e técnicos que trabalham com pessoas agressores numa lógica de criar pontes, uma vez que todos fazemos parte de uma equipa que trabalha a temática da violência doméstica.

Tendo em conta a quase inexistência de eventos sobre esta temática a nível nacional, a adesão ao Encontro realizado e a avaliação francamente positiva do mesmo, contamos poder vir a realizar um II Encontro sobre a intervenção com pessoas agressoras em data a definir.

Objetivo Estratégico V - Investigar e monitorizar

Assumindo-se o Fórum como uma plataforma de troca e partilha de informação sobre a temática da Violência Doméstica, tem havido um investimento continuado na manutenção de mecanismos de divulgação de formações, seminários, campanhas e materiais que possam contribuir para a qualificação dos/as profissionais e das respostas a vítimas. Paralelamente, o Fórum tem procurado atualizar e aprofundar o seu conhecimento sobre esta problemática a nível local, numa lógica de investigação-ação – **Medida: Promover o conhecimento da problemática da VD em Cascais, através da produção e disseminação de documentos periódicos.**

O Plano 2018-2019 reconhece a importância da recolha quantitativa e qualitativa de dados, a qual permite monitorizar o fenómeno ao longo dos anos e conhecer mais aprofundadamente as suas características. Deste modo, foi recolhida informação proveniente das seguintes entidades - forças de segurança, organizações de apoio a vítimas, organizações que intervêm com as pessoas agressoras, CPCJ e Tribunal de Cascais. Como fonte adicional recorreremos ao Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (SIEJ).

Durante a vigência deste Plano e, não obstante os múltiplos contactos efetuados com a Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI), durante o período compreendido entre 2014 e agosto de 2019 esta entidade não disponibilizou os dados estatísticos relativos ao concelho de Cascais e que concorrem para os Relatórios Anuais de Segurança Interna (RAI). No entanto, em agosto de 2019 disponibilizou dados relativos ao período 2016 – 2018.

Após recolher e analisar os dados, o Fórum manteve o objetivo de divulgar a informação com maior frequência e de forma acessível (quer ao nível da apresentação gráfica, quer ao nível do seu suporte) aos diferentes públicos-alvo. Deste modo, os dados estatísticos foram divulgados nas *newsletters* de Julho e Novembro de 2019, destacando-se o seguinte:

- Entre 2004 – um ano após a formalização do FMCVD – e 2018, o número de ocorrências de VD participadas às Forças de Segurança registou duas tendências de sentido inverso: numa primeira fase (entre 2004 e 2010) assistiu-se a uma subida contínua do número de ocorrências e, numa segunda fase, (2011-2018) a uma redução gradual das mesmas;
- Nos últimos três anos (2016 a 2018) o número de ocorrências de VD no concelho registou uma diminuição sustentada, embora o número de ocorrências da GNR tenha aumentado (86 - 108) e o número de ocorrências da PSP diminuído (428 - 395);
- No ano de 2018, em mais de 3 em cada 4 ocorrências de VD no concelho de Cascais, a intervenção das Forças de Segurança foi desencadeada a pedido da vítima;
- Em 2018, no total das 467 ocorrências registadas pelas Forças de Segurança no concelho de Cascais, mais de 4 em cada 5 vítimas eram mulheres;
- Um total de 127 crianças presenciaram as ocorrências de VD registadas pelas duas forças de Segurança durante o ano de 2018; essa presença tem vindo a ser relativamente constante ao longo dos últimos três anos em pelo menos uma em cada 4 ocorrências;
- Durante o mesmo período (entre 2016 e 2018), registou-se um aumento significativo do registo de ocorrências onde se verificou a posse de arma, sendo de assinalar que o valor indicado para 2018 (51 casos) apenas contempla as situações registadas pela PSP, o que indicia uma incidência ainda maior deste fenómeno no último ano;
- As Forças de Segurança tomaram a decisão de atribuir o estatuto de vítima na grande maioria das ocorrências registadas ao longo dos últimos três anos, havendo, porém, um número ainda significativo de vítimas que não pretendeu beneficiar desse estatuto ou que prescindiu do direito à informação;
- Entre 2016 e 2018, de acordo com os resultados dos inquéritos de Violência Doméstica comunicados pelos serviços do Ministério Público de Cascais, registou-se um decréscimo gradual das taxas de arquivamento destes processos e um aumento significativo das taxas de acusação;

- Em 2018, em termos de taxa de acusação, Cascais foi o quarto concelho (dos 31 analisados no território nacional onde foram comunicadas mais de 100 decisões) a apresentar valores mais elevados neste indicador.

Informação estatística mais detalhada poderá ser consultada no documento em anexo (Anexo I).

Estava também prevista a conceção de um **instrumento de avaliação e monitorização do Roteiro Rede Segura**, que nos permitisse fazer um ponto de situação relativamente ao investimento que tem vindo a ser feito na rede de intervenção local, assegurando um mecanismo de avaliação das respostas da rede, que complemente a centralidade das experiências das vítimas com as perspetivas dos/as profissionais e instituições.

Porém, a avaliação das respostas da rede – exercício realizado em 2013 – exige um investimento que ultrapassa largamente a mera criação deste instrumento que, aliás, havia sido inicialmente previsto para identificar o impacto dos resultados das sessões de formação do Roteiro Rede Segura na intervenção desenvolvida pelos profissionais e pelas organizações do concelho. Neste sentido, importa nesta fase subsequente, identificar de forma clara em que molde esta atividade se irá concretizar, tendo em atenção quer as necessidades, quer também as possibilidades de investimento do FMCVD.

Objetivo Estratégico VI – Reforçar Parcerias Estratégicas

Desde o início do seu funcionamento, o Fórum Municipal de Cascais contra a Violência Doméstica percorreu já um trajeto significativo ao nível da estruturação da intervenção em rede no Concelho de Cascais. A parceria está neste momento consolidada, contando com um conjunto expressivo de parceiros, quer em termos quantitativos, quer em termos da diversidade de áreas de intervenção representadas - educação, saúde, ação social, emprego, segurança e justiça.

Após a reformulação e atualização do Protocolo de Cooperação do Fórum em Novembro de 2017, acentua-se o desafio do envolvimento e articulação com as Unidades Orgânicas da Câmara, contantes do referido Protocolo (**Medida: Promover a articulação com outras Unidades Orgânicas**). Deste modo, pretendeu-se sensibilizar e envolver as unidades orgânicas, estratégicas para o cumprimento mais eficaz de alguns dos objetivos que nos propomos atingir, nomeadamente no que se prende com as áreas da comunicação, da educação e da juventude.

Quer no âmbito do projeto preVio, quer no desenvolvimento e divulgação do referencial para a Intervenção em Situações de Violência Escolar, verificou-se a **articulação** com a **Divisão de Marca e Comunicação**, com a **Divisão de Juventude** e com a **Divisão de Educação**.

No que se refere ao objetivo de promover o conhecimento do FMCVD junto dos colaboradores municipais, seis elementos participaram nas quatro sessões sobre o Roteiro Rede Segura.

Também com o mesmo objetivo, os materiais das campanhas desenvolvidas estiveram disponíveis no Atendimento Municipal (Cascais Center) entre Novembro e Dezembro 2019 e no refeitório do Complexo Multisserviços da Adroana entre Dezembro 2019 e Janeiro 2020 (totens;

cartazes, folhetos das campanhas e folhetos do FMCVD). Os vídeos das campanhas foram partilhados no Facebook do Centro de Cultura e Desporto do Pessoal do Município de Cascais (CCD).

No âmbito da **Medida: Articular com outros Fóruns/Redes da comarca**, transita do Plano anterior o interesse no conhecimento das seguintes redes - Mafra, Oeiras, Sintra e Amadora. Este conhecimento constitui uma oportunidade de potenciar respostas, recursos e ideias no âmbito da intervenção na área da violência doméstica.

Deste modo, foi realizada em Fevereiro de 2019 uma reunião com a Câmara Municipal de Mafra e em Março do mesmo ano com a Rede de Intervenção na área da Violência de Sintra (RIVS). Estes municípios, apesar de terem tido percursos e modelos de funcionamento bastante distintos, valorizam ambos a importância do trabalho em rede, tendo mostrado disponibilidade e interesse na partilha de experiência e de conhecimento.

Contamos poder finalizar a realização das reuniões com as restantes redes da Comarca no âmbito do próximo Plano de Ação.

No âmbito do OE em análise, e da **Medida: Assegurar a participação do FMCVD na produção e execução do PEDS**, o FMCVD participou nas reuniões promovidas sobre o **Diagnóstico Social** e sobre o **Plano Estratégico de Desenvolvimento Social (PEDS)**; na Semana da Coesão Social, tendo o Espaço V participado no Dia Aberto (4 a 7 de Dezembro 2018); nos Workshops das sub-redes sobre Princípios de Governança da Rede Social: 26 de Fevereiro e 22 de Março 2019; nos Plenários do CLAS de 2018: 18 Abril; 5 Novembro e de 2019: 29 Março; 12 Abril; 12 Novembro; 12 Dezembro e na IV Reunião de Líderes das Sub-Redes realizada em Outubro 2019.

O FMCVD irá, no âmbito da sua intervenção, desenvolver seis iniciativas que concorrem para as seguintes Medidas do PEDS – 2.1. Monitorização da evolução qualitativa e quantitativa das pessoas em situação de pobreza e exclusão social; 2.5. Implementação de projetos de apoio para grupos vulneráveis; 3.10. Educação para a cidadania e 4.4 Criação de soluções transitórias de habitação.

O FMCVD participou ainda em três reuniões do **grupo de trabalho sobre Igualdade de Género** realizadas em Julho e Setembro de 2018.

NOTAS FINAIS E PERSPETIVAS FUTURAS

Em termos globais, a execução do Plano de Ação do FMCVD para o biénio 2018-2019 cumpriu a maioria das atividades previstas, tendo permitido continuar a aprofundar o trabalho de prevenção de comportamentos violentos, a promoção continuada do conhecimento do fenómeno da violência doméstica e a qualificação de profissionais e organizações, bem como assegurar a continuidade do funcionamento de respostas de qualidade às necessidades das vítimas de violência doméstica que recorrem aos serviços de apoio no território concelhio.

Foi ainda possível ao longo deste período reforçar áreas estratégicas fundamentais, nomeadamente ao nível da prevenção primária junto da população mais jovem, quer através da implementação de projetos específicos, quer da produção de recursos próprios; do desenvolvimento de estratégias de comunicação diferenciadas de acordo com diferentes perfis de vítimas; de um aprofundar do conhecimento e diagnóstico de realidades menos visíveis do fenómeno da VD (como a violência doméstica contra homens) e da sua visibilidade a uma escala alargada; do reforço de sinergias entre o FMCVD e outras redes de parceiros locais; e, da consolidação de uma intervenção articulada entre parceiros estratégicos com resultados claramente positivos ao nível da proteção das vítimas.

Existiram também algumas atividades não realizadas ou menos conseguidas ao longo deste biénio e que foram devidamente identificadas ao longo do relatório. Estas dificuldades de execução relacionam-se, em primeiro lugar, com a necessidade de conseguir uma maior mobilização de todas as entidades parceiras, tarefa exigente tendo em atenção a dimensão da rede de parceiros que constitui o FMCVD e a própria complexidade organizacional de muitas destas instituições e serviços. Por outro lado, a necessidade de recorrer à colaboração de entidades externas ao FMCVD (como, por exemplo, para a recolha de informação estatística, para a realização de campanhas) constitui outro desafio que se traduz frequentemente em constrangimentos na execução cabal ou atempada das atividades previstas.

Do balanço da execução do Plano de Ação 2018-2019 – apresentado de forma detalhada ao longo dos capítulos anteriores – importa reforçar a importância de prosseguir na continuidade e aprofundamento de áreas de intervenção estratégica, ao mesmo tempo que se reajustam modelos e mecanismos de funcionamento interno que assegurem a execução das atividades futuras de acordo com os objetivos estratégicos de intervenção do FMCVD.

No que se refere às áreas de intervenção estratégica, é importante realçar o papel fundamental do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Discussão de Casos de Violência Doméstica. Ao permitir um melhor conhecimento inter-organizacional, uma melhor compreensão do funcionamento do sistema de proteção e apoio às vítimas e uma maior articulação operacional entre os parceiros estratégicos (ex. serviços especializados, força de segurança, Ministério Público, CPCJ) agiliza-se a identificação e resolução de constrangimentos operacionais no apoio prestado, traduzindo-se o resultado numa maior qualidade dos serviços prestados às vítimas.

Também o funcionamento dos Grupos de Trabalho dedicados a temas e tarefas específicas tem constituído uma importante mais-valia quer ao nível do envolvimento mais alargado dos diferentes parceiros, quer da concretização das atividades previstas no Plano de Ação, de forma verdadeiramente participativa.

Estratégica é também a capacidade de divulgação das atividades e produtos do Fórum para públicos diversificados que se estendem muito para além do território concelhio, o que contribui para uma visibilidade e uma valorização do trabalho da rede de parceiros que se constitui como elemento de motivação acrescido para a continuidade do trabalho desenvolvido e a desenvolver.

A aposta nas atividades de natureza formativa que, mais do que ações isoladas no tempo, se têm constituído como plataforma sustentada de promoção da qualificação de profissionais e respetivas organizações constitui uma importante mais-valia do trabalho do FMCVD a que importa dar continuidade. A capacidade e possibilidade de um investimento numa avaliação consistente dos impactos deste esforço de qualificação dos profissionais na intervenção direta junto das vítimas é seguramente um dos desafios que importará equacionar no próximo biénio.

Importa, ainda, permitir a continuidade de uma intervenção mais consistente no trabalho de prevenção junto de públicos mais jovens, com o envolvimento ativo dos Agrupamentos Escolares do concelho, mas também em estreita articulação com todos os atores locais que intervêm junto da comunidade educativa.

Uma última reflexão para a necessidade de reajustar o funcionamento futuro de um dos elementos centrais da atual estrutura de governação do FMCVD: o Grupo de Coordenação (GC). O exercício de avaliação (Anexo I) do funcionamento do GC – da responsabilidade da assessoria técnica do Fórum – apontou para a necessidade de se repensar a pertinência do atual modelo de partilha de responsabilidades entre os diferentes tipos de membros do Grupo (membros permanentes e aos membros em rotatividade), bem como na manutenção de determinadas tarefas inicialmente adstritas a esta estrutura, tendo em atenção o nível de expectativas e de possibilidades de participação destes dois níveis de participantes.

O investimento financeiro realizado na vigência deste Plano é apresentado no Anexo K e a Tabela de Avaliação do Plano no Anexo L.

